**Procedimento Administrativo nº** **XXX**

**Objeto:** Investigação de paternidade.

**Mãe: XXX**

**Filho (a): XXX**

**Suposto pai: XXX**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Aos **XX** dias do mês de **XX** do ano de **XXXX**, no Gabinete da Promotoria de Justiça da Comarca de **XXX**, presente Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça abaixo firmado, compareceu a Senhora **XXX**, brasileira, profissão, estado civil, inscrita sob o RG nº **XXX** e CPF nº **XXX**, residente e domiciliada à Rua **XXX** nº **XXX** e o Senhor **XXX**, estado civil, profissão, inscrito sob o RG nº **XXX** e CPF nº **XXX**, residente a Rua **XXX** nº **XXX**, nesta cidade.

Iniciada a audiência, o ilustre representante do Ministério Público apresentou a temática da mesma, qual seja que a Senhora **XXX** compareceu ao Ministério Público no intuito de que o requerido, o Senhor **XXX** reconhecesse a paternidade de seu (sua) filho (a) **XXX** de **XXX** anos de idade. Dito isto indagou ao requerido:

1. O Senhor confirma que manteve algum relacionamento com a requerente? (breve relato)

2. O Senhor confirma a paternidade do filho da requerente?

3. O senhor aceita se submeter à realização de teste de paternidade para averiguar a paternidade alegada? (advirta-se que em caso de recusa à realização do exame de DNA e negada à paternidade, o MP intentará Ação Judicial de Investigação de Paternidade, sendo que a recusa em âmbito judicial importará em presunção relativa da paternidade, de acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Federal nº 12.8560/92)

Tendo em vista que o requerido reconhece a paternidade alegada, encerra-se esse termo de audiência. Determino que seja preenchimento o Termo de Reconhecimento de Paternidade a fim de que seja devidamente encaminhado ao Cartório de Registro Civil correspondente. (No caso de reconhecimento espontâneo de paternidade)

Após, ouvido o requerido que NEGA a paternidade alegada, tendo este assentido na realização de exame de DNA, e considerando ser pessoa carente, conforme documentos anexos

Assim, determino que seja agendada para o dia XXX a coleta de exame de DNA, devendo o requerido comparecer ao (local da coleta).

Solicite-se ao Centro de Apoio da Infância do Ministério Público, via e-mail, o kit necessário para a realização da coleta de exame de DNA. (No caso de negada a paternidade e aceitar fazer o exame).

Após, ouvido o requerido que NEGA a paternidade alegada bem como se recusa a realizar exame de DNA, encerra-se o presente termo, devendo-se, no prazo de 15 (quinze) ser ajuizada por este órgão ministerial Ação de Investigação de Paternidade perante o Poder Judiciário local. Nada mais foi dito, nem perguntando, dando-se por encerrado o presente termo de audiência, por mim (nome e cargo) que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos.

Local e Data.

Mãe:

Suposto pai:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Promotor (a) de Justiça**